

As Reuniões de Ministros e os Foros Empresariais

Origens

Reunidos em Miami/EUA, em dezembro de 1994, os Chefes de Estado e Governo de 34 países das Américas decidiram firmar uma Declaração de Princípios, dando início a entendimentos com vistas à formação de uma Área de Livre Comércio - ALCA.

Inaugurou-se então uma fase preparatória, realizando-se quatro Reuniões de Ministros de Comércio: Denver/EUA, em 1995; Cartagena/Colômbia, em 1996; Belo Horizonte/Brasil, em 1997 e San José/Costa Rica, em 1998, as quais foram sempre precedidas de entendimentos em Reuniões dos correspondentes Vice-Ministros, bem como dos trabalhos dos 12 GTs setoriais especialmente criados. Entre esses figurou o GT sobre Serviços, abrangendo, "inter alia", os serviços de transporte em seus diferentes modos e seus serviços auxiliares.

O Foro Empresarial

Paralelamente às reuniões de governo e de modo independente, os empresários dos 34 países desenvolvem entendimentos no âmbito de um Foro Empresarial, levando as suas sugestões e reivindicações aos Encontros Ministeriais.

Os trabalhos desse Foro são realizados em seções plenárias, precedidas de exames conjuntos nos seus "workshops" dedicados aos temas de interesse da iniciativa privada. Esses temas, com frequência, coincidem ou muito se aproximam daqueles tratados na esfera inter-governamental, embora as posições resultantes expressem, por necessidade, a visão de um setor da sociedade. Mesmo assim, pode-se dizer que muitas das posições dos empresários do MERCOSUL coadunam-se com aquelas adotadas pelos seus Estados Partes - como por exemplo, na idéia de que a ALCA deve ser construída gradualmente, com o fortalecimento dos blocos sub-regionais.

A fase de negociação

Com a citada IV Reunião de Ministros de Comércio realizada em San José/Costa Rica, em março de 1998, concluíram-se os preparativos para a fase negociadora da formação da Área de Livre Comércio, cujo início foi aprovado em abril de 1998 pelos Chefes de Estado e Governo reunidos na II Cúpula das Américas, em Santiago do Chile. Nessa oportunidade foram acordadas as seguintes decisões:

início imediato das negociações, a serem concluídas até o ano de 2005, devendo-se até o ano 2000 acordarem-se medidas de facilitação de negócios a serem adotadas antes do final do secular;

estabelecer a seguinte estrutura e organização para essa fase negociadora:

- a) Reunião de Ministros, exercendo a supervisão e direção superiores das negociações;
- b) Comitê de Negociações Comerciais - CNC, integrado pelos Vice-Ministros, responsável pela orientação dos Grupos de Negociação (GNs) e pela formulação do acordo;
- c) Grupos de Negociação - GNs, num total de nove, um para cada grande área temática: acesso a mercados, investimentos, serviços, compras governamentais, solução de controvérsias, agricultura, direitos de propriedade intelectual, subsídios, anti-dumping e medidas compensatórias e políticas de concorrência;
- d) GTs ad hoc - os GNs poderão criar Grupos de Trabalho "ad hoc" considerados necessários para o tratamento de questões incluídas nas suas respectivas áreas temáticas - e.g., um GT de Transportes no âmbito do GN de Serviços.

Os GNs submeterão os seus resultados até dezembro de 2000, devendo realizar as suas reuniões na Secretaria Administrativa da ALCA, a qual veio a ser criada e sediada inicialmente em Miami (i.e., no período de maio/98 a 02/2001);

A ALCA passa a contar com uma Presidência e uma Vice-Presidência, de caráter "pro tempore", cabendo o primeiro turno (de 05/98 a 10/99) ao Canadá e Argentina, respectivamente. Durante o quarto e último turno (de 11/2002 a 12/2004) Brasil e Estados Unidos co-presidirão o processo de formação da ALCA;

Nas negociações deverão ser observados os Objetivos e Princípios Gerais, assim como os Objetivos por Área Temática, conforme acordados na Declaração do IV Encontro Ministerial de San José/Costa Rica;

Mantém-se o Comitê Tripartite de assessoramento à ALCA, formado pela OEA - Organização dos Estados Americanos, BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

O momento atual

a) Trabalhos do Comitê de Negociações

A primeira reunião do Comitê de Negociações Comerciais (CNC) teve lugar em Buenos Aires, em junho de 1998, quando foram acordadas as seguintes principais decisões:

- encomendar ao Comitê Tripartite (OEA/BID/CEPAL) uma listagem das medidas de facilitação de negócios tendo por base aquelas já então identificadas pelos GTs, aquelas sugeridas pelas Reuniões do Foro Empresarial, bem como aquelas constantes de estudo especial apresentado pela Costa Rica, tendo ainda os países membros a oportunidade de apontarem novas contribuições;

- aprovar um Programa de Trabalho para os Grupos de Negociação, devendo então esses GNs iniciar as suas tarefas até 30/09/98, apresentar informe ao CNC com vistas à Reunião Ministerial de outubro/98, bem como concluir as suas missões até dezembro/2000;

- aprovar um Calendário para as reuniões dos GNs - onde a primeira reunião do Grupo de Negociação de Serviços, no qual se inclui a prestação de serviços de transporte, achava-se então marcada para setembro/98;

- aprovar uma Minuta de Regras e Procedimentos para as Negociações, para orientação geral do processo e, assim, dos trabalhos dos GNs e Gts "ad hoc".

Nos dias 02 e 03 de dezembro/1998, teve lugar em Paramaribo/Suriname a II Reunião do CNC, dando início ao exame das medidas de facilitação de negócios a serem adotadas até o ano 2000, adotando-se para tanto a referida listagem de sugestões anterioremente encomendada ao Comitê Tripartite (OEA/CEPAL/BID). A partir de então os países membros passaram a formular as suas respectivas propostas e contra-propostas com vistas ao necessário consenso, achando-se prevista uma III Reunião do CNC a realizar-se em Cochabamba/Bolívia. A respeito desse tema, o MERCOSUL adota a posição de que as medidas de facilitação de negócios seriam aquelas que não impliquem em alterações das leis vigentes, concentrando-se na simplificação de procedimentos, na maior oferta e transparência de informações necessárias ao comércio e que possam ser postas em prática no curto prazo.

b) Trabalhos dos Grupos de Negociação

Ao mesmo tempo, foi dado início aos trabalhos dos nove Grupos de Negociação (GNs), os quais têm entre as suas principais tarefas negociar minutas de acordos-quadro ou marcos normativos para os temas das suas respectivas responsabilidades. Desse modo, via de regra esses trabalhos foram iniciados com a busca do consenso em torno dos elementos básicos e princípios para a construção dos acordos - e.g., abrangência e cobertura, enfoque (listas positivas ou negativas), amplitude dos direitos e obrigações, normas complementares ou setoriais, cláusula de nação mais favorecida, cláusula de tratamento nacional, transparência, normas sobre negação de benefícios, etc.

Entre esses GNs, figura o Grupo de Negociação sobre Serviços, onde se insere o setor de prestação de serviços de transporte nos seus diferentes modos. A exemplo dos demais, as negociações nesse Grupo acham-se atualmente concentradas no exame dos referidos elementos básicos do futuro acordo-quadro. São igualmente de particular interesse do setor transportes as discussões sob responsabilidade do GN de Investimentos e daquele de Compras Governamentais; conquanto possam influir nos processos de privatização e nas oportunidades de investimento na infra-estrutura e na prestação dos serviços, assim como nas compras de bens e serviços de interesse das entidades governamentais do setor.

O atual Calendário de Reuniões dos Grupos de Negociação acha-se aqui também apresentado, enquanto maiores informações sobre o processo de formação da ALCA e seu andamento podem ser obtidas nos sites:

<http://www.ftaa-alca.org> , <http://www.sice.oas.org> e [http:// www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br).